



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA  
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o  
Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento (AR),  
1249-068 Lisboa

---

SUA REFERÊNCIA  
162

SUA COMUNICAÇÃO DE  
17-01-2017

NOSSA REFERÊNCIA  
Nº: 1417/2017  
ENT.: 626/2017  
PROC. Nº: 868.160

DATA  
16-02-2017

---

ASSUNTO: Pergunta n.º 1928/XIII/2.ª de 17 janeiro de 2017  
- Proccionária  
- Grupo Parlamentar do Partido CDS-PP

Encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Administração Interna de enviar a V. Exa. a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe, dirigida a este Membro do Governo.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Jorge Costa

Anexo: o referido  
KF/es



Pergunta n.º 1928/XIII/2.ª, de 17 de janeiro de 2017

Grupo Parlamentar do CDS-PP

Prazo: 30 dias (16/02/2017)

- *Processionária*

---

Em resposta às questões colocadas a respeito do assunto em referência, o Ministério da Administração Interna (MAI) tem a esclarecer o seguinte:

Em Portugal a entidade responsável pela informação ao público e pelas campanhas de sensibilização no domínio da problemática da Processionária, comumente designada por “lagarta do pinheiro”, é o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), enquanto entidade responsável pela proteção e socorro em Portugal, acompanha a presente problemática, quer a montante, em articulação com o ICNF, quer na resposta a eventuais situações de emergência, através dos seus Comandos Distritais que, ao nível distrital, articulam com os serviços responsáveis, nomeadamente, Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e agentes de proteção civil (*vide* Programa Operacional de Sanidade Florestal, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril).

O ICNF disponibiliza, no respetivo sítio da Internet, informação sobre a biologia e controlo da processionária do pinheiro.

Sublinhe-se que nem o ICNF, nem a ANPC, têm qualquer intervenção em ações de destruições de ninhos, sendo esta missão normalmente atribuída aos serviços locais, designadamente aos SMPC e aos Gabinetes de Veterinária.

Relativamente às ações de âmbito local e concretamente em matéria de sensibilização face a possíveis acidentes com a Processionária, importa referir que, consultados todos os comandos distritais da ANPC, foi possível apurar que foram inúmeras as ações levadas a efeito ao longo dos últimos anos, concretamente, cerca de 120 em 2015 e 130 em 2016. Acresce a estas ações toda a informação que é disponibilizada nos sítios da Internet das câmaras municipais e do ICNF.



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA  
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Estas ações de âmbito local e que têm incidido sobretudo nos grupos mais expostos, como as escolas, têm sido realizadas sobretudo pelos SMPC e Gabinetes Técnico-Florestais (GTF) das câmaras municipais.